

A Influência da Territorialidade Sobre as Práticas dos Agricultores:

uma análise da mobilidade produtiva dos
orizicultores do Rio Grande do Sul

Eve Anne Bühler¹

Resumo

Neste artigo é proposta uma análise dos conceitos de mobilidade produtiva e territorialidade objetivando mostrar o quão relevantes são na compreensão das práticas individuais. O caso dos orizicultores do Rio Grande do Sul oferece um exemplo empírico particularmente apropriado para investigar a relação entre a formação de normas coletivas e as práticas espaciais dos agricultores. A existência de valores de origem rural compartilhados entre os rio-grandenses produz uma relação particular com a mobilidade, inclusive entre os próprios agricultores. Por outra parte, o fato de os arroteiros se reconhecerem conjuntamente a partir de um território estadual e de práticas compartilhadas pela profissão os conduz a procurar terras ao sul ou no Uruguai, ao invés do que tradicionalmente se faz: ir para as frentes pioneiras brasileiras. Pretendemos, dessa forma, demonstrar a ocorrência, no plano territorial, de um certo efeito coercitivo das normas compartilhadas por uma profissão.

Palavras-chave: Mobilidade produtiva. Territorialidade. Arroz. Migração rural. Representações.

¹ Doutora em Estudos Rurais, *Ecole Nationale Supérieure Agronomique* de Toulouse, France, *Unité Mixte de Recherche Dynamiques Rurales*. buhler@ensat.fr ou eve.buhler@gmail.com

Abstract

In this paper propose an analysis of the concepts of productive mobility and territoriality aiming show how relevant they are to understand individual practices. The case of rice growers of Rio Grande do Sul offers an empirical example particularly appropriate to investigate the relationship between the formation of collective norms and the farmer's spatial practices. The existence of rural shared values among riograndenses produces a particular relationship with mobility, even among farmers themselves. Furthermore, the fact that rice growers recognises themselves from their membership of a state territory and from practices shared by the profession leads them to seek land to the south and to Uruguay instead of what is traditionally done: go to the Brazilian pioneer front. We want thus demonstrate the occurrence, at a territorial level, of a certain coercive effect of standards shared by a profession.

Keywords: Productive mobility. Territoriality. Rice. Rural migration. Representations.

Com este artigo pretende-se oferecer uma reflexão teórico-metodológica sobre os critérios a serem avaliados para o estudo das escolhas de localização de empresas.² Mais particularmente nos interrogamos sobre as escolhas efetuadas por agricultores do Rio Grande do Sul (extremo sul do Brasil) que mudaram a instalação das suas unidades de produção orizícola para outro lugar, ora dentro do próprio RS, ora no país vizinho, o Uruguai. Este fenômeno nos levou a questionar como e porque os agricultores chegaram a tomar tais decisões de localização. A originalidade da abordagem que ora se apresenta está, em primeiro lugar, no objeto analisado: as escolhas de mobilidade dos empreendedores agrícolas são escassamente tratadas na literatura econômica ou geográfica. É em segundo lugar, no corpus explicativo adotado, que comporta um aspecto inovador que rompe com as abordagens tradicionais da mobilidade econômica (deslocalização, fluxo de fatores de produção, etc.) que comumente reduzem estas estratégias à procura pelas empresas de melhores condições de produção ou de comercialização que lhes serão vantajosas dentro de um país estrangeiro ou de outras regiões de um mesmo país (Porter, 1993). Os estudos empíricos originados dessas abordagens se concentram, portanto, na comparação entre os ambientes de partida e de chegada para, dessa forma, identificar na zona de chegada quais são os elementos que foram suficientemente atrativos para justificar tal escolha de mobilidade.

A existência de fenômenos de mobilidade produtiva³ no domínio agrícola permitem enxergar novas pistas de reflexão, em particular porque leva a questionar as ligações existentes entre a mobilidade produtiva e a relação das estruturas produtivas e dos seus dirigentes com um determinado espaço. A análise dessas questões está organizada neste artigo em três partes. Na primeira parte discutimos em que medida as

² A autora agradece a Valter Lúcio de Oliveira pela tradução do original em francês para o português.

³ A mobilidade produtiva designa a mobilidade das estruturas de produção, distinguindo-a da mobilidade dos fatores de produção, dos trabalhadores ou do capital (Chanteau, 2001).

observações empíricas junto aos agricultores levantam questões sobre as abordagens tradicionais da mobilidade produtiva. Na parte seguinte desenvolvemos uma reflexão teórica que permite recolocar o ator e sua tomada de decisão dentro de um sistema composto por alguns determinantes, dentre os quais se pode atribuir uma dimensão particularmente explicativa ao tema da territorialidade. Por fim, apoiada nestas reflexões teóricas, a terceira parte é dedicada a mostrar como a territorialidade se revela uma categoria analítica pertinente para a compreensão do caso estudado.

Observações Empíricas que Interrogam as Referências Teóricas Sobre as Escolhas de Localização

A – Agricultura e mobilidade: uma primeira fonte de interrogações

O censo setorial orizícola aplicado anualmente no Uruguai constatou que no ano 2000, 174 orizicultores eram de nacionalidade brasileira, todos originários do vizinho Rio Grande do Sul (MGAP, 2000). É importante considerar que se este dado é pouco significativo em relação ao conjunto dos orizicultores presentes nesta zona de partida (menos de 2% da população orizícola do Rio Grande do Sul), ele é seguramente significativo em relação ao Uruguai, representando perto de um terço da população orizícola do país. Ao se observar este fato a partir do olhar e do acúmulo científico francês, estes comportamentos já são em si fonte de interrogação.

De fato existe uma idéia amplamente respaldada nos países ocidentais segundo a qual as atividades agrícolas não são sujeitas à mobilidade. Isso pode ser explicado, por um lado, devido ao fato de a mobilidade produtiva ser raramente observada neste setor, estando, por consequência, excluída dos estudos empíricos consagrados a esta área; e por outro

lado, a literatura científica fornece as justificativas teóricas a esta exclusão: por ser um fator de produção fixo, a terra sedentariza as empresas que a exploram (Blot; Chirazi, 2005). Além disso, se estas últimas não são consideradas como sujeitas à mobilidade isto se deve também às representações da sociedade e da comunidade científica sobre esta atividade: está implicitamente naturalizada uma posição que considera que os agricultores são afetivamente ligados ao lugar no qual estão instalados. A existência de uma ligação afetiva do agricultor ao lugar está fundada, entre outras razões, sobre a dimensão patrimonial do estabelecimento que vincula a história familiar a um espaço particular. Ainda que isso não seja claramente enunciado, pode-se concluir que os estabelecimentos e os agricultores têm uma relação singular com o espaço o que impõe uma barreira à mobilidade produtiva.

Parece-nos, portanto, que é a adesão tácita ao postulado da afetividade que leva os pesquisadores a adotarem o argumento da imobilidade do fator terra para excluir *a priori* a agricultura dos fenômenos de mobilidade produtiva. A argumentação a partir deste fator parece, com efeito, inapropriada, pois ela não resiste à crítica: quando um empresário decide localizar uma unidade de produção em outro lugar, ele o faz justamente para acessar aqueles fatores de produção (ou mais precisamente os recursos) caracterizados por estarem mais ou menos fixados ao lugar por ele cobiçado. Por que então um agricultor não desloca sua exploração para ter acesso, por exemplo, à terra, que teoricamente não é mais do que um fator de produção intrinsecamente vinculado a um espaço? Se esta possibilidade não foi até aqui levada em conta pelos pesquisadores, isto pode estar relacionado ao fato de estes considerarem que o agricultor não apresenta disposição para tal. Nesse sentido, só é possível aceitar o pressuposto da imobilidade da terra como um corolário da imobilidade do agricultor se se compartilhar da idéia (naturalizada) de que o agricultor tem um vínculo afetivo (extra econômico) com sua propriedade. É admitir, portanto, que a relação do agricultor e de sua atividade com o espaço influencia a mobilidade produtiva.

Numerosos pesquisadores das Ciências Sociais já se interrogaram sobre a relação singular que o agricultor estabelece com o espaço. Entre os sociólogos, tal como Mendras (1967) e Champagne (2002), chega-se a considerar que a maneira como os agricultores se percebem integrados ao espaço e o raio de ação de suas práticas e de suas redes podem ser constitutivos de seu pertencimento ou não à classe camponesa. Esta inscrição espacial dos camponeses é paradoxalmente introduzida por meio da definição sociológica do camponês proposta por Mendras (apud Lamarche, 1991, p. 12) que leva “em conta as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade global”. Em sua introdução à obra coletiva *A agricultura familiar, uma realidade polimorfa*, Lamarche reafirma que o camponês, e em menor medida o agricultor familiar, se situa dentro de relações espaciais relativamente circunscritas. Por ocasião do estudo internacional que deu origem à obra anteriormente citada, Lamarche et al (1994) constataram que o sentimento de pertencimento ao local e a definição mesma do que é o local (i.e., aquilo que o agricultor designa como sendo aqui, por oposição ao que está lá) varia sensivelmente segundo os países e as regiões nas quais os agricultores foram entrevistados. Wanderley e Lorenço, encarregados do capítulo “O agricultor em sua localidade”, constatam que “a referência ao local designa espaços bastante diferentes” (Wanderley; Lorenço, 1994, p. 178). O campo de ação dos agricultores, mas também a percepção que eles têm de seu espaço, são singulares não somente às classes sociais dos produtores, mas também à origem geográfica desses últimos. Esta constatação testemunha a pertinência de analisar sobre a relação que os agricultores estabelecem com o espaço, ainda mais quando se trata de explicar os comportamentos espaciais desses últimos.

B – A constatação de particularismos intraprofissionais: uma segunda fonte de interrogações

Considerando as observações empíricas, a presença dos orizicultores comparados a outros tipos de produtores rurais brasileiros igualmente presentes no Uruguai, alimenta, sob um outro ponto de vista, o nosso questionamento sobre as mobilidades observadas. Uma rápida análise estatística da presença brasileira na agricultura uruguaia leva a constatar que os orizicultores ali instalados parecem ter um posicionamento peculiar.

A tabela que segue mostra que no ano 2000, a presença de produtores rurais brasileiros na agricultura uruguaia é pouco expressiva, representando apenas 1% do total das atividades. A superfície que eles exploram é, no entanto, um pouco mais significativa, atingindo 3% da Superfície Agrícola Útil (SAU) nacional. Os produtores brasileiros no Uruguai detêm, em média, uma superfície superior àquela dos produtores nacionais.

Tabela 1: Participação dos cultivadores brasileiros na agricultura uruguaia

	Os brasileiros na população agrícola	A superfície explorada pelos brasileiros na SAU total	Os brasileiros na população orizícola	A superfície orizícola cultivada pelos brasileiros no total dos orizicultores
1999-2000	1 %	3 %	30 %	40 %

Fonte: Censo agropecuario 2000, MGAP ; Encuesta arocera 1999-2000 e 2000-01, MGAP-DIEA

Dedicando uma atenção especial ao setor orizícola, os dados obtidos por recorte entre o censo agropecuário e as estatísticas anuais mostram que, em 2000, um terço dos orizicultores eram brasileiros. Eles cultivavam 40% da superfície destinada a esta cultura, ou seja, uma superfície média por exploração de 402 hectares, quase duas vezes maior que aquela dos estabelecimentos uruguaios (245 hectares). Estes dados traduzem duas informações importantes: ainda que a presença brasileira

seja pouco expressiva quando comparada à população agrícola uruguaia total, ela é, ao contrário, muito significativa em relação à produção orizícola. Além disso, com 40% da superfície orizícola cultivada, os brasileiros participam amplamente na produção nacional, conferindo uma importância bastante particular – na comparação com outras produções agrícolas – à presença desses produtores no Uruguai. Por outro lado, quando se volta a atenção para o tipo de produção assumida no conjunto do país segundo a nacionalidade do agricultor, percebe-se que em 2000 apenas 1% dos produtores uruguaios eram orizicultores, portanto os *nacionais* se dedicam apenas marginalmente a esta atividade. Este dado contrasta fortemente com as atividades dos brasileiros presentes no país, pois quase um terço deles são de orizicultores. É certo, portanto, que os brasileiros se dedicam muito mais a esta atividade do que os uruguaios, o que leva ao questionamento acerca dos elementos que conferem uma dinâmica particular aos orizicultores brasileiros. Em outros termos, por que estes últimos predominam entre os orizicultores? Esta atividade, ou os produtores brasileiros ali presentes, têm características que os tornam particularmente *aptos* a se instalarem no país vizinho?

Um estudo detalhado dos dois ambientes setoriais (agricultura) e subsetorial (orizicultura) do Uruguai mostra que os principais fatores de atração que jogam a seu favor são o preço da terra e os custos financeiros ali praticados (Bühler, 2006). Estes, no entanto, são elementos que podem ser considerados genéricos, uma vez que influenciam da mesma forma todas as atividades agrícolas, e, portanto, não são suficientes para esclarecer os particularismos observados. Se, por um lado, eles podem justificar o interesse de um produtor brasileiro em se instalar no Uruguai, por outro não permitem explicar porque os orizicultores parecem mais inclinados a adotar este tipo de estratégia. Da mesma forma, encontram-se na organização da cadeia orizícola alguns fatores de atração suplementar, tal como uma maior estabilidade das relações transacionais ou a possibilidade de tirar proveito de nichos comerciais. Quando, no entanto, os agricultores brasileiros são interrogados raramente invocavam estes últi-

mos elementos para justificar sua transferência para o país vizinho. Em suas falas predominavam as referências aos elementos genéricos citados anteriormente como indutores de sua mobilidade.

Considerando o exposto, é necessário investigar se uma parte determinante do que influenciou a decisão dos produtores não estaria mais relacionada ao campo socioprofissional ou a uma eventual ligação entre as características socioprofissionais dos orizicultores e sua propensão a se dirigir ao Uruguai.

Alguns fundamentos teóricos à hipótese dos determinantes socioeconômicos na tomada de decisão

As teorias do ator e da tomada de decisão podem auxiliar no equacionamento dessa questão. É necessário, porém, em primeiro lugar, lembrar que nos situamos no quadro de pequenas e médias empresas, que estão mais fortemente submetidas às regulações de ordem pessoal, o que as diferencia significativamente daquelas empresas que Chanteau (2001) qualifica de impessoais. Em segundo lugar, a instalação de orizicultores brasileiros no Uruguai depende de uma decisão consciente que não pode ser atribuída apenas a um efeito de estrutura. De fato, encaminhar-se ao estrangeiro constitui uma ação singular e original pela qual o agricultor exprime sua capacidade de efetuar as escolhas, de adotar uma estratégia que lhe é própria. Com esta decisão, o orizicultor opta por transgredir as estruturas espaciais impostas pelas fronteiras nacionais. Ele demonstra assim, sua capacidade de agir autonomamente e de desenvolver suas próprias práticas naquele espaço, tirando proveito das margens de manobra de que dispõe. Nós pensamos, assim como Crozier e Friedberg (1977), Chanteau (2001) e Di Méo e Buléon (2005), que o ator é “ao mesmo tempo ‘competente’, ‘interativo’, ‘reflexivo’” e que por esta razão ele é “dotado de uma capacidade de decisão autônoma. Esta lhe é própria, mesmo se não se deve jamais fazer abstração dos efeitos do contexto que o influenciam e o modelam. Com efeito, o ator não caminha fora dos constrangimentos sociais” (Di Méo; Buléon, 2005, p. 34).

É dentro desse quadro que se deve abordar a tomada de decisão do agricultor. No caso presente, a constatação de uma especificidade profissional leva a pensar que, para a população estudada, os fatores socioprofissionais podem ter uma forte dimensão explicativa. Considerando o ator agindo autonomamente, porém “sob constrangimento social”, podemos evidenciar as ligações existentes entre a autonomia do ator e seu ambiente. Smith (1997, p. 19), por exemplo, dedica-se a recolocar as escolhas dos agricultores numa perspectiva cultural: “Assim, no domínio da agricultura, a maximização do lucro pode ser subordinada aos fatos culturais, tais como o prestígio vinculado à posse e ao trabalho da terra, à preferência pessoal ou coletiva para certos cultivos ou certas técnicas, ou à atitude religiosa com respeito a certos animais”. Já para Lamarche (1991, p. 15), “cada tomada de decisão importante é o resultado de duas forças, uma representa o peso do passado e da tradição, e a outra a atração por um futuro materializado pelos projetos que se dão no porvir”. Baseado na importância do passado e da tradição, Lamarche introduz a influência que pode ter o coletivo sobre a tomada de decisão. Levar em conta a tradição obriga a recolocá-la no seu contexto societal e, portanto, construída (i.e., inscrito no tempo, não como algo dado e, sim, como resultado de interações sociais). A decisão de mobilidade produtiva pode então se inscrever em coerência e na continuidade de valores e de normas às quais o agricultor adere mais ou menos conscientemente, mais ou menos voluntariamente. Estas normas e valores são onipresentes e constituem as referências concretas ou simbólicas sobre as quais se apóiam as decisões.

A este respeito, Chanteau (2001, p. 105) nos lembra que “o indivíduo se engaja em uma nova atividade ou em um novo espaço apenas após haver conceitualizado esta ação de forma mais ou menos racional; (...) Estes esquemas cognitivos espaciais se constituem a partir das atividades anteriores, físicas e intelectuais do indivíduo, em interação constante com seu ambiente físico e social (...)”. Estes esquemas cognitivos

espaciais são indissociáveis da experiência pessoal do ator e marcam os projetos que ele forja, ainda que suas ações possam ser também justificadas por outros elementos que se superpõem a esse. Por esta razão, Chanteau considera que a identificação de fatores sociológicos contribui para explicar a mobilidade, sem, no entanto, substituir as explicações pelos determinantes habituais da localização (economias de aglomerações, rendimentos crescentes, vantagem comparativas, etc). Esses fatores oferecem, portanto, um esclarecimento suplementar a essa discussão. Debarbieux (2002, p. 96) confere, igualmente, um papel primordial às representações e a seu substrato social: “Toda decisão que traz conseqüências espaciais é, pois, influenciada pela maneira segundo a qual o ator econômico representa o seu contexto espacial (...) As representações espaciais, inclusive aquelas que interferem sobre as decisões econômicas, são (...) construtos sociais.”

O recurso à noção de territorialidade permite abordar esta interdependência entre a decisão de mobilidade e a relação construída com o ambiente social e espacial. A territorialidade designa a relação dos atores no território e as práticas que gera. Ela exprime a relação socialmente construída com o lugar em sua dimensão individual, a adequação entre uma individualidade singular, original, mas em parte construída a partir de referências coletivas. “Ela se apóia sobre o espaço vivido [do ator], tecido a partir de suas relações íntimas, mas, no entanto, interativas com os lugares e as pessoas que os freqüentam. Ela se enriquece de suas experiências, de seus aprendizados sociais” (Di Méo; Buléon, 2005, p. 82). Para Debarbieux, a territorialidade permite ainda uma individualização das representações e das práticas. Nessa perspectiva, o pertencimento territorial dos agentes pode agir como um filtro sobre a informação e a racionalidade, induzir a interpretações ou a reações em função de normas coletivas e de comportamentos de mimetismo. Esse filtro pode, quando é absorvido ou apropriado pelos atores, incitá-los a privilegiar certas estratégias em detrimento de outras.

Mencionamos, enfim, a possibilidade que existe para os indivíduos ou os grupos de indivíduos de pertencerem a territórios múltiplos. É isso que Haesbert (2004b) designa quando formula a idéia de uma multiterritorialidade, ou seja, um multipertencimento situado, que pode ser o produto de superposições territoriais não necessariamente hierárquicas, e pode conduzir os atores a adotarem simultaneamente representações espaciais e normas comportamentais de diversas origens. Quando estas normas e representações não entram em conflito, o ator pode adotá-las conjuntamente e adaptá-las conforme sua própria racionalidade ao seu sistema de valores e de ação.

A parte seguinte busca as referências ambientais de ordem coletiva que podem contribuir para a formação da territorialidade dos orizicultores do Rio Grande do Sul, orientando sua maneira de se perceber no espaço e de ali projetar suas ações.

Referências coletivas e territorialidades “móveis” dos orizicultores

Para investigar a influência dos construtos coletivos sobre as relações individuais no espaço é necessário, primeiramente, interrogar-se sobre a escala de análise: qual “nível” de coletivo considerar? Faz-se necessário privilegiar um nível geográfico (tal como o local, o Estado, a região, ou mesmo o país), ou ainda um grupo socioprofissional (os agricultores, os orizicultores...)? Nós optamos por não excluir, *a priori*, nenhuma dessas categorias e fundar a nossa análise sobre a pertinência que emana do empírico e da literatura científica. Nesse sentido, foi privilegiada uma abordagem mista, que cruza os níveis socioprofissional e geográfico (ex: os agricultores do Brasil). Levando em conta o multipertencimento ao qual se fez referência anteriormente, vários níveis de influência coletiva podem se acumular, não necessariamente hierarquizados ou *embutidos* entre eles. Estes níveis de influência coletiva são apresentados a seguir.

a) A propensão à mobilidade dos agricultores *gaúchos*

O ambiente nacional instituiu uma relação estreita entre o modo de colonização (i.e., de apropriação do espaço) pela atividade agrícola e a propensão dos brasileiros à mobilidade. Em relação a este tema Droulers produziu uma descrição dos processos de apropriação e de avanço dos colonos ao interior das terras desde o descobrimento do Brasil, freqüentemente associada aos ciclos econômicos do desenvolvimento do país. E conclui: “A despeito dos riscos ligados aos deslocamentos, a mobilidade das populações em busca de atividade joga desde cedo um papel na formação da consciência nacional intimamente ligada à emergência de um espaço de ampla circulação. Esta característica de mobilidade permanece até hoje um traço marcante do povo brasileiro e da sua relação com o espaço” (Droulers, 2001, p. 105). Os produtores rurais são eles próprios marcados por esta relação migratória no que diz respeito ao espaço, isso porque a agricultura tem contribuído fortemente para o povoamento do interior do país.

O Rio Grande do Sul é, de fato, um Estado fortemente sujeito à migração rural, uma vez que os produtores rurais são acostumados a ir buscar em outro lugar os recursos que lhes faltam no local de origem. O mapa 1 (apresentado em anexo) ilustra o destino dos migrantes do Rio Grande do Sul (RS) no restante do Brasil entre os anos 1990 e 2000. Os Estados vizinhos situados imediatamente ao norte, tal como Santa Catarina e o Paraná, mas também os grandes pólos econômicos e urbanos de São Paulo ou do Rio de Janeiro, atraem uma grande parte das migrações provenientes do extremo Sul brasileiro. Estas últimas destinações são concementes, prioritariamente, às migrações interurbanas, ou acompanham o fenômeno de urbanização da população. Santa Catarina, o Estado mais próximo do RS, é logicamente aquele que absorveu a maior parte dos riograndenses entre 1990 e 2000. Santa Catarina constituiu, além disso, uma destinação privilegiada dos camponeses à procura de terras até o fim dos anos 70; na seqüência, a saturação do Estado impulsionou os agricultores a avançar para outras partes do país (Carneiro, 2001).

As migrações rurais provenientes do RS seguiram a princípio uma trajetória dirigida ao Norte, para depois se orientarem mais para o Oeste. Enquanto ainda ofereciam terras virgens, os Estados situados sobre este eixo foram alternativamente o destino privilegiado dos agricultores, entretanto seu atrativo foi apenas transitório, a saturação progressiva das terras obrigou os agricultores a se dirigirem para mais longe, em direção ao Centro-Oeste. É assim que depois de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, os agricultores começaram há duas décadas a se dirigir maciçamente para o Mato Grosso (MT). Longe dos grandes centros urbanos, as dinâmicas migratórias do MT são quase exclusivamente ligadas ao avanço da fronteira agrícola e ao *boom* econômico que o mundo rural viveu naquela região. Com base em numerosos estudos realizados sobre o assunto,⁴ podemos razoavelmente concluir que uma grande parte dos migrantes do RS que seguiram para o MT são agricultores ou prestadores de serviço agrícola (fornecedores de insumos agrícolas, de máquinas, de serviços agrônômicos, etc.). A análise do mapa 1 revela que o MT constituiu-se ao longo dos anos 90 um destino privilegiado dos agricultores do RS, que buscavam novas terras, mas também condições favoráveis ao exercício de sua atividade. Este fenômeno migratório dos rio-grandenses conduziu Haesbert (1995, 1998) a qualificá-lo de “diáspora gaúcha”.

As migrações reduziram-se na segunda metade da década. Isso pode explicar por que Waniez faz referência a um processo de estabilização das configurações produtivas nacionais e da ocupação do espaço (Waniez, 2002, p. 149), detectando um abrandamento bastante nítido das migrações internas. Trata-se de uma evolução estrutural, marcando uma tendência à sedentarização da população rio-grandense e brasileira no seu conjunto.

Assim, as condições históricas de apropriação do território nacional conduziram à formação de uma agricultura relativamente móvel. O fato de deixar sua propriedade ou sua região de origem para se instalar em outro lugar constitui um comportamento usual, que não parece ser

⁴ Para estudos detalhados da migração dos rio-grandenses para as regiões do Centro-Oeste e do Norte do Brasil, conferir os estudos de Santos (1993); Ribeiro (1987); Kohlhepp et al (2000) e Haesbert, (1995).

posto em questão por alguma relação privilegiada, ou tradicional, entre o agricultor e sua terra. Bem ao contrário, uma parte da tradição rural foi erigida sobre a capacidade de ser móvel, de se transformar em empreendedor e de *conquistar seu próprio futuro*. Estas estratégias migratórias possuem, além disso, uma conotação positiva no ambiente social de partida: o agricultor vai *fazer fortuna*, ele vai abrir uma porta para o futuro da família. Isto indica uma grande disposição dos agricultores do RS a se deslocarem, a se desfazerem dos laços tecidos localmente, adotando a mobilidade como um paliativo à falta de terras. Essa estratégia é tão facilmente considerada que se mostra relativamente frequente (fenômeno de imitação, de aprendizagem, constituição de redes de migrantes) e socialmente valorizada.

b) Quais fatores de mobilidade são específicos aos orizicultores gaúchos?

No contexto que acabamos de descrever, a orizicultura evidencia dinâmicas espaciais claramente singulares, gerando correntes migratórias originais ao seio mesmo do RS. Fortemente dependente da presença de solos impermeáveis e de reservas de água, a atividade soube tirar proveito dos recursos naturais do Sul do Estado para se desenvolver sobre terras anteriormente pouco destinadas à agricultura. Ela foi durante as primeiras décadas do século 20 localizada nos vales úmidos às margens dos cursos d'água do centro do RS (de Cachoeira do Sul a Santa Maria) e no entorno de Pelotas. Desde então se estendeu pelas planícies do Sul, anteriormente pouco aproveitadas pelas grandes culturas. De fato, encontram-se nessas planícies numerosas várzeas: porções de terras inundadas ou muito úmidas, cujo potencial agrícola foi por longo tempo subexplorado. Regiões tradicionais de pecuária, as várzeas eram usadas como pastagens pelos tropeiros nas épocas de seca. Muito úmidos e de difícil drenagem, estes solos eram considerados impróprios à atividade agrícola até que a orizicultura irrigada foi introduzida. Esta encontrou

nas várzeas um meio natural propício ao seu desenvolvimento e soube tirar partido das condições agroclimáticas (qualidade do solo, abundância de água, mas também insolação, temperatura e precipitações) favoráveis.

A Embrapa (2004) identificou em torno de 3.377.000 hectares de solos típicos de várzeas no RS. Estendendo-se ao longo de uma faixa no sentido leste-oeste e seguindo os cursos de água do centro do Estado, como se pode observar no mapa 2, estes solos encontram-se também sobre as franjas fronteiriças leste (início das lagoas) e oeste (Rio Uruguai, Rio Quaraí) da metade sul. As zonas de várzeas especificadas sobre este mapa correspondem aos locais que foram conquistados pela orizicultura ao longo dos anos. Foram os avanços sucessivos nos modos de lidar com a cultura e de ordenar o espaço que permitiram à orizicultura ganhar terreno. Desenvolvendo novas técnicas, os orizicultores estenderam seu potencial de implantação espacial: este não se limita apenas às margens dos cursos de água ou às várzeas, mas pode abranger qualquer zona que ofereça as condições requeridas de impermeabilidade do solo e de relevo, desde que seja possível construir as infra-estruturas de retenção e direcionamento da água. Além disso, as pesquisas conduzidas pela Embrapa e a adaptação à grande escala de técnicas já aplicadas em pequenas propriedades das zonas montanhosas permitiram cultivar as terras em desníveis mais pronunciados. Ao longo dos anos 80, a construção de barragens e o nivelamento do solo foram adaptados a um relevo moderado (colinas em declive suave), no qual foi possível a mecanização, o que permitiu à orizicultura avançar para outras áreas. Graças a estes avanços técnicos ela foi retirada dos fundos dos vales para se instalar sobre as parcelas de declive mais forte, como na proximidade de Uruguiana ou Santana do Livramento.

O mapa 3, extraído da tese de Pebayle, permite seguir a dinâmica de avanço da orizicultura até 1968. Encontram-se aqui, nitidamente, as zonas de várzeas mapeadas pela Embrapa. O cultivo se estende no início desde a Depressão Central seguindo o eixo leste-oeste dos cursos de água para, a partir dos anos 60, se instalar de forma mais intensa ao longo das fronteiras orientais e ocidentais sul.

Atualizando estes dados para um período mais recente, o mapa 4 mostra que entre os anos 1990 e 2004 a atividade estendeu-se para o interior do Estado. Este mapa cruza as superfícies semeadas em cada município em 2004 com a evolução dessas áreas ao longo do período 1990 – 2004. Encontram-se no interior da Campanha e ao longo da fronteira uruguaia as zonas que ainda não pareciam como produtoras de arroz em 1968 e que estão atualmente entre os municípios com maior produção.

É possível constatar, no entanto, que os municípios que experimentaram as maiores taxas de crescimento encontram-se justamente na fronteira com o Uruguai (em particular Dom Pedrito, Bagé, Aceguá, Pedras Altas, ou ainda Candiota) e no interior da campanha. Assim, observa-se claramente que desde o início dos anos 90 ocorreu uma expansão da orizicultura a partir das zonas de várzea em direção ao Sul. A orizicultura se impôs pouco a pouco sobre as terras que lhe são *a priori* menos propícias, pois demandam um ordenamento mais custoso das parcelas (infraestruturas de irrigação), estendendo-se aos confins do território nacional. A progressão da atividade choca-se, a partir dali, com a fronteira brasileira.

Apresentando a parte das áreas colhidas de arroz no total das áreas cultivadas, o mapa 5 mostra que se trata efetivamente de uma dinâmica particular à atividade orizícola. De fato a orizicultura se impôs como a cultura dominante em toda a metade sul do Estado representando, nos municípios fronteiriços da Argentina, do Uruguai e no litoral lacustre, mais de 50% ou mais de 70% da área cultivada. Ela se impôs claramente como a principal alternativa à pecuária e com a qual divide sua predominância no uso agrícola dos solos.

c) Uma expansão orizícola acompanhada da migração dos agricultores

O avanço da atividade orizícola sobre as terras da Campanha e do Sudeste foi acompanhada no passado por uma migração dos produtores, que deixaram as regiões centrais do Estado para se dirigir às novas fren-

tes orizícolas. Podemos cruzar aqui várias fontes que permitem traçar estas migrações: a primeira é um trabalho de Mestrado realizado em 1988 por Medeiros sobre as migrações rurais; a segunda é a minuciosa pesquisa de campo conduzida por Pebayle (1974) a partir do qual ele logrou reconstituir o percurso seguido pelos orizicultores migrantes ao interior do Estado. Além destas referências, enriquecemos estas análises com as entrevistas efetuadas em 2002 com os agricultores instalados no RS.

Medeiros, que conduziu seu trabalho de Mestrado sobre a relação existente entre as formas de produção e a migração rural, nos oferece uma pista para reflexão. Nele ela constata os fluxos migratórios provenientes das mesorregiões Centro e Nordeste do Estado e dirigidos para a Campanha, acompanhando o processo de modernização da agricultura. As conclusões desse trabalho alertam que o efeito da modernização não é idêntico segundo as formas de produção que prevaleciam até então. De fato, nas zonas em que predominava uma agricultura colonial (utilização intensiva da terra, mão-de-obra familiar e baixa utilização de máquinas), a introdução da mecanização reduziu a necessidade do trabalho nas propriedades, provocando a migração. As regiões tradicionais da orizicultura, isto é, aquelas nas quais a atividade se desenvolveu nas margens dos cursos d'água no centro do Estado, respondem pela maior parte dessas características. Por outro lado, na região da Campanha (utilização extensiva do solo, pouco trabalho e pouco capital) a inovação agrícola foi conduzida por outras atividades, tal como a orizicultura, que aumentou a utilização dos fatores trabalho e capital. Esta modernização conduziu ao longo dos anos 70 e 80 a uma relativa imigração rural (ou pelo menos a um retardamento da emigração, conservando o saldo estável). A Campanha, diversificando-se, permitiu, além disso, aos agricultores ou assalariados rurais, sobreviverem sobre as mesmas terras. A intensa mecanização observada em nossos dias reduziu consideravelmente a necessidade de mão-de-obra, invertendo a tendência com relação ao que se observou após os anos 70, mas é evidente que a introdução de culturas intensivas sobre as terras de pecuária gerou uma renovação da população agrícola.

A expansão inicial da orizicultura na Campanha deveu-se em grande parte à migração rural: os cultivadores das regiões orizícolas mais antigas migraram para as frentes orizícolas em expansão para ali desenvolver sua atividade. Estes movimentos populacionais foram particularmente importantes durante o *boom* do arroz dos anos 60, mas eles persistiram acompanhando o avanço da atividade. O mapa 6, elaborado por Pebayle, ilustra este fenômeno de forma particularmente eloqüente, uma vez que ele faz aparecer as migrações de orizicultores em direção a todas as regiões para as quais a atividade se estendeu (mapa 5). Os dados coletados pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) em 1946 e aqui cartografados por Pebayle mostram a que ponto a difusão original da orizicultura irrigada foi efetuada pelos colonos e seus descendentes, que representam mais de 50% dos cultivadores na quase totalidade dos municípios produtores. Este fenômeno prosseguiu e os orizicultores provenientes das regiões saturadas em termos fundiários continuaram a buscar as oportunidades de cultivar mais ao Sul.

Os elementos estatísticos e cartográficos apresentados anteriormente são corroborados pelas entrevistas realizadas com orizicultores na região da Campanha. Pedro, agricultor em Uruguaiana, nos declara, por exemplo: “Em nossa região, não se pode fazer um outro tipo de cultura [subentendido que as condições locais permitem apenas orizicultura] (...). Hoje no município de Uruguaiana, tem muito poucos produtores de arroz originários daqui. Todos vieram de outras regiões, da Serra, de Caxias, de Candelária, de Santa Maria, de São Francisco de Assis. Eles migraram, pois aqui tiveram o espaço para plantar arroz. Foi aqui que eles tiveram água para plantar arroz. Mas as pessoas daqui, os nativos como se diz, eles não plantam arroz. Quero dizer que as pessoas vieram de fora para fazer” (Pedro, rizicultor em Uruguaiana, 2002). O produtor sublinha o papel que tiveram os agricultores vindos da Serra no estabelecimento da orizicultura ao redor de Uruguaiana, fato reconhecido e incorporado pelos orizicultores. É necessário, no entanto, reinterpretar sua fala, pois se é verdade que são essencialmente os migrantes que inicialmente trou-

xeram a orizicultura para estas zonas nas quais não se conhecia esta atividade, ela foi em seguida adotada também por muitos produtores locais que, vendo os lucros que gerava, imitaram os recém-chegados.

Uma outra entrevista, efetuada ainda em 2002 com um orizicultor de Uruguaiana, este nos esclareceu sobre o peso que tiveram as migrações nas histórias familiares dos agricultores: “Meu pai sempre migrou buscando melhores condições de trabalho. Meu pai plantava culturas de terras altas, soja, milho, trigo. Em São Borja tem dois tipos de situações: tem cultivos de terras altas e tem arroz. Ele começou a plantar arroz e gostou, devido à segurança que oferecia em função de ser irrigado. Ele tinha perdido muitas safras de trigo por causa das geadas (...). Em São Borja todas as áreas orizícolas já estavam ocupadas, então meu pai veio procurá-las em Uruguaiana.” Os orizicultores são por isso marcados por este passado e por uma disposição que tiveram se us parentes e que eles mesmos adotaram, de irem mais para “frente” buscar oportunidades quando as condições locais não eram satisfatórias. Em Uruguaiana esta cultura migratória está particularmente presente. Assim, de nove orizicultores ali entrevistados, seis dizem ser originários de municípios mais ao Norte.

É interessante notar até que ponto o discurso dos orizicultores é marcado por uma consciência de classe que lhes permite se considerarem agricultores peculiares.⁵ A história da profissão cria uma familiaridade com a mobilidade produtiva que marca fortemente o conjunto dos orizicultores, seja porque eles próprios são migrantes, seja porque seus pais, seus filhos ou ainda seus vizinhos se mudaram. Os orizicultores partilham esta herança comum que mobilizam para forjar uma identidade profissional coletiva, apesar de nem todos a terem vivido diretamente. Ora, esta identidade continua a marcar a territorialidade dos orizicultores, influenciando na percepção do seu ofício e na sua relação com o espaço. Por meio destas representações coletivas o passado passa a influenciar o futuro, pois contribui para a construção de uma tendência a buscar novas oportunidades cada vez mais longe.

⁵ Pebayle (1974, p. 582) sublinha isso: “Se efetivamente teve muita espontaneidade neste movimento que levou os gaúchos a colonizar rapidamente suas várzeas, uma consciência de classe emergiu rapidamente”.

Conclusão

Pudemos demonstrar que, no caso da orizicultura, a dinâmica espacial da atividade foi acompanhada de uma migração dos atores que a praticam. Isso contribuiu para o direcionamento de certas migrações rurais para a margem sul do Estado, até ultrapassar a fronteira com o Uruguai, enquanto a tendência dominante na agricultura era voltar-se para os outros Estados brasileiros.

Os orizicultores constroem uma territorialidade baseada em um pertencimento a múltiplos espaços de referência que se entrecruzam. Eles se situam em coerência com os comportamentos espaciais dos agricultores em geral, ao mesmo tempo que adotam práticas espaciais singulares vinculadas ao seu pertencimento profissional e à história da orizicultura do Estado. No caso empírico aqui abordado, a busca de elementos explicativos da mobilidade produtiva que vá além dos fatores de atração econômicos se revelou pertinente. Esperamos haver contribuído para mostrar que existem fatores de ordem simbólica que favorecem o modelamento da territorialidade dos orizicultores e influenciam a formação das estratégias de localização que adotam.

Finalmente, este artigo inspira uma análise acerca da “terra” enquanto fator de produção agrícola que supere as abordagens adotadas nos estudos tradicionais envolvendo este fator. A partir dos elementos discutidos, é possível destacar ao menos duas dimensões relacionadas à terra, ambas assumindo um caráter simbólico e instrumental: uma dimensão na qual a terra esta lastreada ao lugar e cuja utilização pelos humanos a constrói enquanto espaço. No seu caráter instrumental, esta dimensão da terra se resume à idéia de estabelecimento agrícola; no seu caráter simbólico, ela assume um *status* de patrimônio, de tradição local, etc. Uma segunda dimensão, que designamos de genérica, atribui à terra um valor em si. Aqui o caráter instrumental está relacionado à quantidade de terra possuída, enquanto o caráter simbólico faz referência ao reconhecimento social que emana de tal posse. Na escolha de mobilidade, o agricultor

opta entre a primeira e a segunda dimensão. E nesse sentido, para o caso aqui analisado, os fatores culturais o dispõem ou o autorizam a priorizar a segunda sobre a primeira sem, necessariamente, implicar a renúncia a sua qualidade de agricultor. Ou seja, esta escolha não provoca a sua exclusão do sistema de valores que é constitutivo de seu ofício, pelo contrário, o que ocorre é uma valorização dessa atitude.

Referências

BLOT, N.; CHIRAZI, S. Les emplois exposés aux délocalisations. In: *Octant n° 100*, Paris: INSEE, janvier 2005. p. 27-33.

BÜHLER E. A. *Les mobilités des exploitations rizicoles du Rio Grande do Sul vers l'Uruguay: territorialités et stratégies transfrontalières d'accès aux ressources*. 2006, 420p. Thèse de doctorat en Etudes Rurales – INP-Ensat, Toulouse, 2006.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Femininos*, CFH/UFSC, vol. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CHAMPAGNE, P., *L'héritage refusé*. Paris: Seuil, 2002. 335p.

CHANTEAU, J. P. *L'entreprise nomade; Localisation et mobilité des activités productives*. Collection Economie et Innovation. Paris: L'Harmattan, 2001. 236 p.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Seuil, 1977.

DEBARBIEUX, B. *Ces territorialités qui se dessinent*. Paris: Editions de l'Aube, 2002.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. (Dir.). *L'espace social*. Lecture géographique des Sociétés. Paris: Armand Colin, 2005. 304p.

DROULERS, M., *Brésil: une géohistoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. 306p.

EMBRAPA. *Cultivo do arroz irrigado no Brasil*. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. <<http://www.cpact.embrapa.br/sistemas/arroz/>>.

HAESBERT, R. *Latifúndio e identidade regional*. Documenta 25. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p.

HAESBERT, R. *Gaúchos no Nordeste. modernidade, desterritorialização e identidade*. 1995. 370 p. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 1995.

HAESBERT, R. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil”. *Território*, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, ano III, n. 4, p. 55-69, 1998.

HAESBERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Document de travail à partir d’une version révisée d’une communication présentée au 1^o *Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades*. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004a.

HAESBERT, R. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b. 400p.

IBGE. *Censo agropecuário 1995-1996, Número 1 Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 366p.

KOHLHEPP, G.; BLUMENSCHHEIN, M. Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Território*, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, ano V, n. 8, p. 47-66, 2000.

LAMARCHE, H. *L’agriculture familiale; une réalité polymorphe*. Paris: L’Harmattan, 1991. 303 p. Tome I.

LAMARCHE, H. *L’agriculture familiale; une réalité polymorphe*, Paris: L’Harmattan, 1994. 303 p. Tome II.

MEDEIROS, R. M. V. *As formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul*. 1988, 118p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – UFRGS Porto Alegre, 1988.

MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Paris: Seides, 1967. 361p.

MGAP, *Censo Agropecuário 2000*. Montevideo. Disponível em: <www.mgap.gub.uy>.

MGAP. *Encuesta arroceras, zafra 1999-2000*. Boletim informativo. Serie encuestas n. 199, Montevideo. Disponível em: <www.mgap.gub.uy>. 2000.

PEBAYLE, R. *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. 1974. 744p. Thèse de doctorat en Géographie – Université Paris 1, édité par: Service de reproduction des thèses, Lille: Université de Lille 3, 1974.

PORTER, M. E. *L’avantage concurrentiel des nations*. Paris: InterÉditions, 1993. 886p.

RIBEIRO, I. Corrêa. *Pioneiros gaúchos: a colonização do norte matogrossense*. Porto Alegre: Tchê! 1987. 128p.

SANTOS, J. V. Tavares dos. *Matuchos, exclusão e luta; do sul para Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

SMITH, D. M. Forces du marché, facteurs culturels et processus de localisation. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 15, “Géographie: un état des lieux. Processus sociaux et espace géographique”, p. 13-25, 1997.

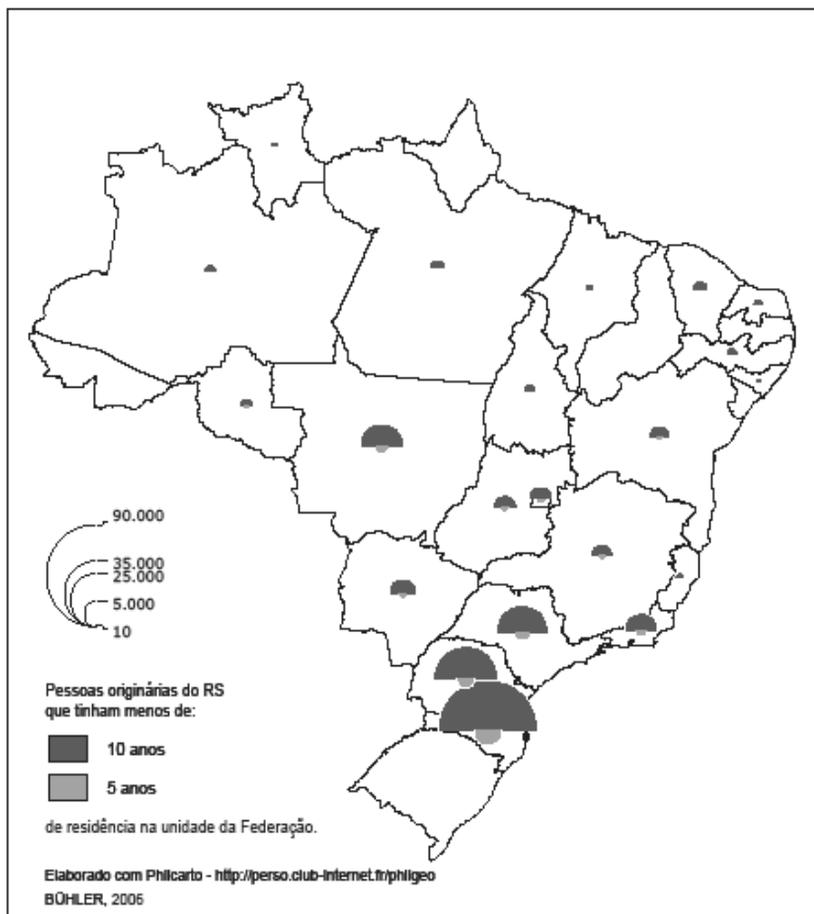
WANDERLEY, M., Lorengo. L’agriculteur dans sa localité. In: LAMARCHE, H. *L’agriculture familiale; une réalité polymorphe*. Paris: L’Harmattan, 1994. 303p. Tome II.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V.; ALBUQUERQUE DAVID, M.-B. Les mutations de l’espace agropastoral brésilien 1975-1996. *Mappemonde*, Paris: Belin/Reclus, n. 53, p. 26-33, 1999.

Recebido em: 27/9/07

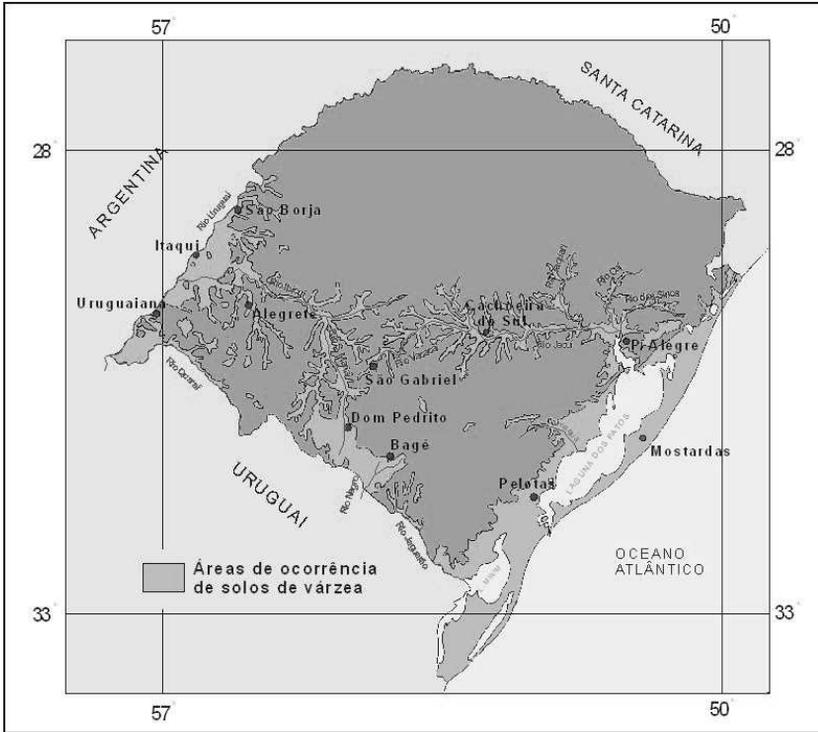
Aceito em: 29/1/08

Anexos



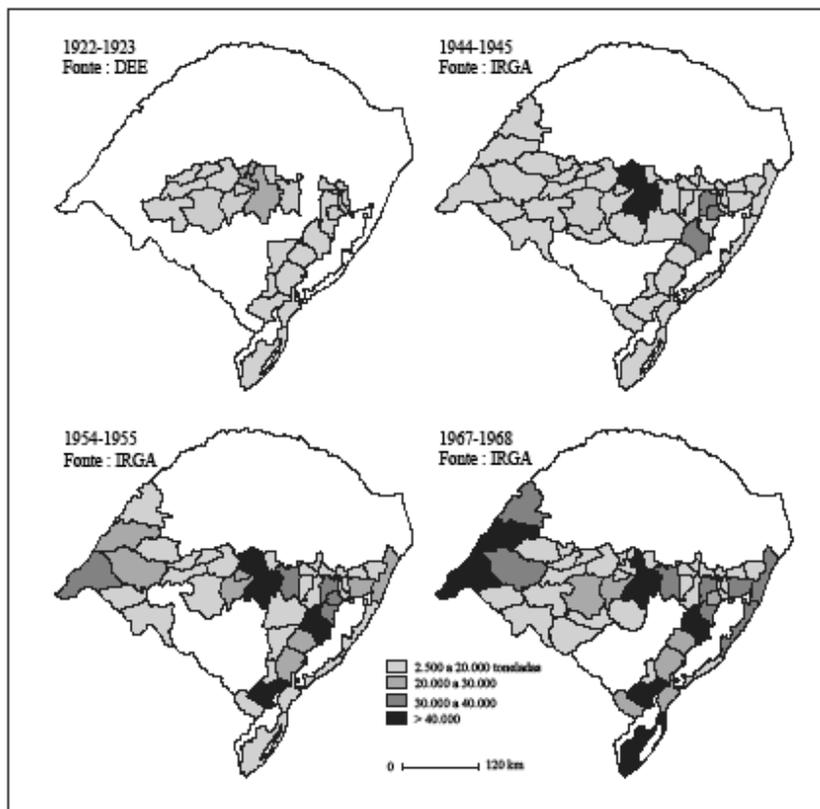
Mapa 1: Destino dos migrantes do RS entre 1990 e 2000.

Fonte: IBGE, 2000.



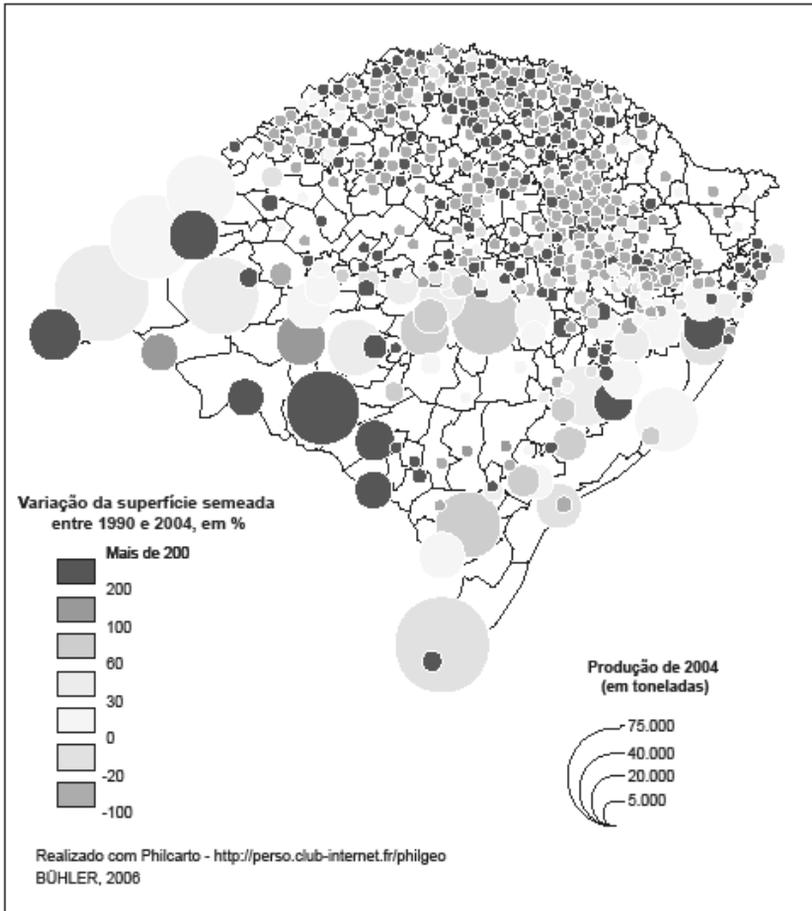
Mapa 2: Ocorrência de solos de várzeas no RS

Fonte: Embrapa, 2004.



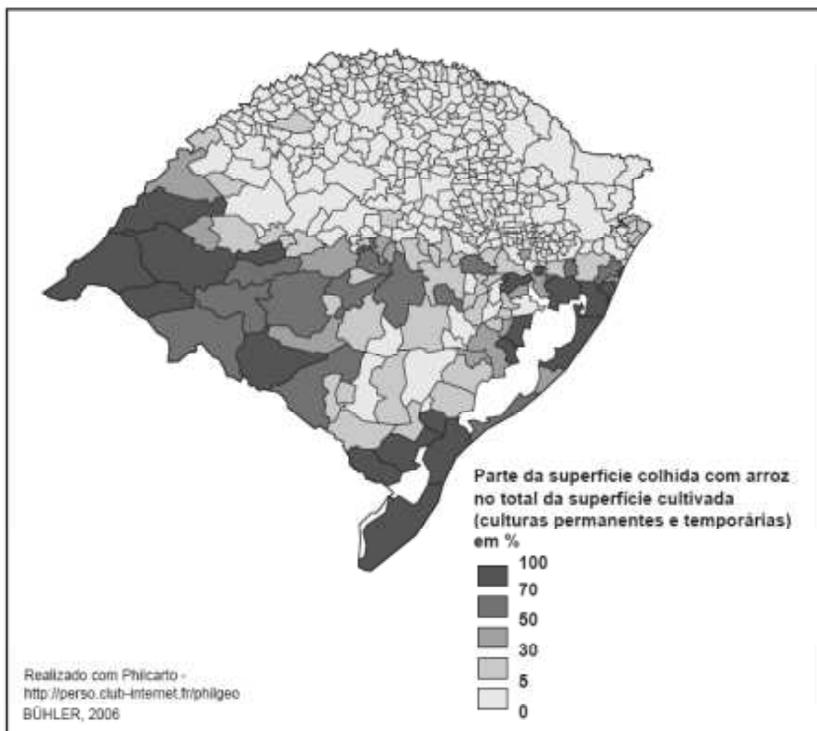
Mapa 3: Produção anual de arroz por municípios no RS

Fonte: Pebayle (1974, p. 586).



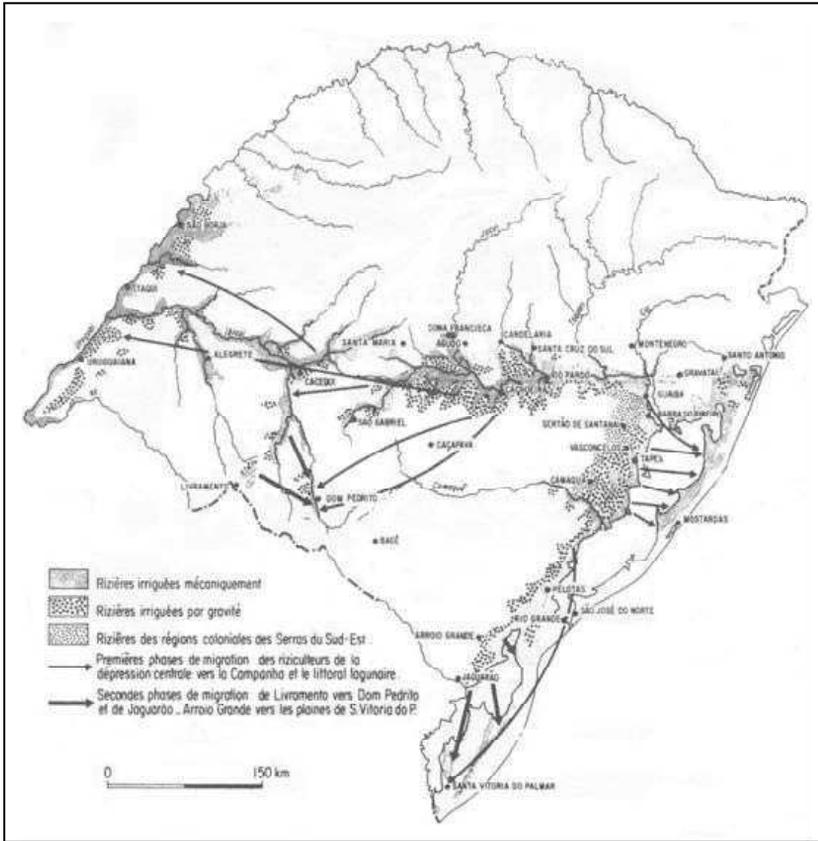
Mapa 4: Evolução das superfícies orizícolas no RS entre 1990 e 2004

Fonte: IBGE/PAM.



Mapa 5: Proporção de arroz na superfície cultivada no RS entre 1995

Fonte: IBGE, 1998.



Mapa 6: Progressão histórica da orizicultura e migrações rurais no RS

Fonte: Pebayle, 1974.